

EDITORIAL

Prezados leitores

Esse ano a Revista de Ciências da Administração tem o prazer de ofertar à comunidade científica um número extra, trazendo artigos apresentados no I CIDESP - Congresso Internacional de Desempenho do Setor Público realizados em 2017. Embora tenham sido pré-selecionados em um evento, todos passaram pelo processo de avaliação regular da revista.

O primeiro artigo **Práticas de governança pública municipal: análise informacional dos sítios eletrônicos em portais de transparência**, de Silvio Parodi Oliveira Camilo, Rosana Vieira Alves Manenti e Cristina Keiko Yamaguchi, indentificou práticas de governança pública, por meio da estrutura obrigatória e recomendável nos portais de transparência, na geração de informação à sociedade nos municípios da microrregião de Criciúma (SC). Por meio de uma pesquisa qualitativa os autores concluíram que os gestores dos municípios da amostra não cumprem na íntegra as estipulações obrigatórias estabelecidas na legislação pertinente. Dessa forma, observou-se que os municípios dessa região não adotam boas práticas de governança pública, não cumprindo exigências normativas.

No artigo seguinte, Jose Orcelio do Nascimento, Edmundo Henrique Brandeburski, Marcus Vinicius Moreira Zittei e Leonardo Fabris Lugoboni, pesquisaram acerca da **Aderência aos critérios de sustentabilidade pelos órgãos federais no estado de São Paulo**. A partir de uma análise documental nos processos licitatórios realizados pelos órgãos federais do Estado de São Paulo, nos últimos cinco anos, os autores mostraram que houve processos licitatórios que apresentaram requisitos de sustentabilidade e processos de licitação que não apresentaram tais requisitos. Os resultados mostram que alguns órgãos públicos parecem ter familiaridade com critérios de sustentabilidade, enquanto outros não.

O artigo seguinte, analisa a **Ação afirmativa para a agricultura familiar no curso técnico em agropecuária do instituto federal catarinense – campus concórdia: origem e motivação para sua criação**. Francieli Marchesan e Oséias Santos de Oliveira desenvolveram um estudo de caso, com pesquisa bibliográfica e análise documental. Como resultados, verificou-se que esta cota foi criada para atender ao acordo fixado com a SETEC/MEC. As ações afirmativas realizadas por meio da agricultura familiar visaram atender às realidades locais dos campi e aos compromissos institucionais com a justiça social.

Gabriela Mattei de Souza, Ruy Tadeu Mambrini Ribas, Cristiane Laurentino Silva, Patrícia Zimmermann de Farias Benites e Marcos Baptista Lopez Dalmau analisaram **O princípio constitucional da impessoalidade e a seleção por competências nas universidades públicas federais brasileiras**. Os resultados mostraram que essa compatibilidade existe, porém não plenamente, destacando como um dos maiores entraves a utilização pelos gestores públicos de práticas mais objetivas e alinhadas com uma interpretação mais conservadora da legislação. Adicionalmente, foi possível identificar experiências que comprovam que a aplicabilidade do sistema depende mais de coragem administrativa do que de mudanças extrínsecas às instituições.

No artigo a **Proposta de indicadores de cooperação na gestão compartilhada de resíduos sólidos**, Greg Jordan Alves Silva e Huáscar Fialho Pessali propõe um instrumento integrado de avaliação para mensurar e classificar o grau de cooperação entre atores envolvidos na gestão compartilhada de resíduos sólidos. Os autores propuseram 19 indicadores divididos em quatro dimensões da cooperação: cognitiva, operacional, relacional e político-institucional, utilizáveis tanto para avaliação em níveis locais de

gestão (municípios, microrregiões, etc.) quanto para avaliação dos responsáveis (atores governamentais, atores sociais e atores econômicos).

O sexto artigo trata de um tema bastante atual e de grande interesse social **Como as estratégias de combate à corrupção adotadas pelos Tribunais de Contas Estaduais do Brasil são influenciadas pela renda per capita?** Nele os autores buscam compreender como a formulação estratégica dessas entidades leva em consideração a renda per capita e a desigualdade de renda (principais variáveis ambientais relacionadas à corrupção). A partir da análise dos planejamentos estratégicos de 24 Tribunais de Contas Estaduais que se encontravam vigentes em 2015, com uso da análise de conteúdo, foram identificadas sete dimensões estratégicas que foram relacionadas aos níveis de renda e de desigualdade de renda. Os autores concluíram que estratégias de capacitação da gestão pública estão relacionadas com contextos de renda elevada.

O sétimo artigo analisa a efetividade das campanhas para que o consumidor se conscientize de pedir sua nota fiscal. Getúlio Tito Pereira de Oliveira, em seu artigo, **Por que pedir a nota fiscal? A influência da campanha sua nota vale dinheiro sobre a conscientização tributária**, analisam os consumidores do Ceará. Os dados obtidos por meio da aplicação de *survey* junto a uma amostra de 391 usuários mostraram que a política conscientiza o cidadão quanto à importância de se exigir a nota fiscal numa proporção que varia apenas entre 2,02% e 5,99% da população de seus participantes ativos.

Tereza Cecília Costa do Nascimento, Marley Rosana Melo de Araújo e Saulo Pereira de Almeida são os autores de **Precarização do emprego em um hospital público: um estudo de caso com profissionais da enfermagem**. A pesquisa investigou

a percepção de precarização do emprego em um hospital de Sergipe. O Inventário de Precarização Laboral (IPREL) foi aplicado em uma amostra de 279 profissionais de enfermagem. Após as análises estatísticas apropriadas foram extraídos 2 fatores Higiene Ocupacional e Justiça e Relações de Trabalho. Os resultados apontam ainda para um quadro mais crítico referente às condições materiais de trabalho e relações de equidade, sinalizando a necessidade de melhorias corretivas.

O último artigo **A Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, como política pública que favorece a busca da igualdade material**, de Cássio Melero, Cibele Barsalini Martins, Elaine Rossi e Danyella Junkes. Por meio de uma pesquisa qualitativa e descritiva foram analisados os dados disponibilizados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A partir da análise realizada foi possível confirmar que houve um aumento significativo nos bancos universitários de alunos oriundos do sistema público de ensino, o que mostra que a lei 12.711/2012 se mostrou um instrumento de inclusão aos alunos de escola pública no Brasil.

Os nove artigos apresentados refletem uma preocupação social crescente acerca da efetividade de diversas políticas públicas em diferentes setores e regiões. A academia, por sua vez, atenta aos anseios sociais cumpre seu papel ao buscar respostas aos principais problemas da sociedade. Ficamos felizes em contribuir com o compartilhamento de conhecimentos que possam auxiliar no aprofundamento das discussões acerca da gestão pública e com isso promover as melhorias que sejam necessárias.

Boa leitura!

Professora Doutora

Gabriela Gonçalves Silveira Fiates

Editora Chefe da Revista de Ciências da Administração